

MILITÂNCIAS, ALIANÇAS E OCUPAÇÃO DE CARGOS POLÍTICOS NÃO-ELETIVOS

*Eliana Tavares dos Reis**

Resumo: O presente artigo analisa padrões de especialização seguidos por militantes que estrearam sua atuação no movimento estudantil e em organizações clandestinas de esquerda durante o regime militar no Rio Grande do Sul. A ênfase recai no cotejamento de modalidades de carreiras caracterizadas como “especialização técnico-administrativa” e “especialização militante”, evidenciando os principais critérios de hierarquização política e social dos agentes. Para tanto, foram examinados os recursos mobilizados e as “escolhas” efetuadas pelos agentes no decurso de trajetórias tendo em vista as “oportunidades” disponíveis nas diferentes conjunturas, bem como sua tradução em termos de posição e tomadas de posição social, profissional e política.

Palavras-chave: Engajamento militante. Profissionalização militante. Contestação política. Alianças. Carreiras.

Abstract: This article analyses the standards of specialization followed by militants who began their work in student movements and in underground organizations on the left during the military regime in Rio Grande do Sul. The emphasis lapses in comparing the modalities of careers characterized as “technical-administrative specialization” and “militant specialization”, looking for the principal criteria of the political and social hierarchy of the agents. In view of this the resources mobilized and the “choices” made by the agents were examined maintaining in view the “opportunities” available at different junctures and how that translates in terms of position and taking of positions in whether social, professional and political.

Keywords: Militant engagement. Political professionalization. Political contestation. Alliances. Careers.

A reflexão apresentada neste artigo se centra nos condicionantes históricos e sociais de produção de concepções e práticas de intervenção

* Bacharel em Ciências Sociais, Mestre e Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Realizou dois estágios doutorais em Paris, o primeiro, em Ciências Sociais pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e, o segundo, em Ciência Política pela Université Paris I - Panthéon de la Sorbonne. É docente e pesquisadora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

política entre militantes que inauguraram sua atuação no Rio Grande do Sul durante o regime militar brasileiro e, posteriormente, seguiram carreiras que podem ser caracterizadas como de “especialização militante” e de “especialização técnico-administrativa” no Estado. Pretende-se, com base na análise de dois padrões de especialização, demonstrar a articulação entre determinados recursos e estratégias, mobilizados no decurso das trajetórias dos agentes à luz de contextos e eventos históricos “marcantes”. Para tanto, são examinadas basicamente cinco dimensões de análise, a saber: os perfis sociais detidos, as modalidades de atuação privilegiadas, os investimentos operados, as escolhas partidárias efetuadas e os sentidos de missão compartilhados.

A noção de *carreira* assume ênfase especial porque permitiu operacionalizar questões imprescindíveis para uma discussão desse tipo. Quer dizer, em primeiro lugar, viabilizou combinar a investigação das biografias individuais com as condições conjunturais específicas nas quais se desdobraram, ou seja, as formas de inserção e apropriação acionadas, tendo em vista as “oportunidades” disponíveis. Em segundo lugar, potencializou o exame das persistências, descontinuidades ou readaptações de “escolhas”, recursos e representações constituídas ao longo do tempo, relacionando-as não somente às condições históricas, como também às demais carreiras e itinerários interdependentes. Finalmente, possibilitou atentar para a interferência desses elementos nas posições sociais e políticas conquistadas e de repertórios de mobilização forjados (SAWICKI, 2004; FILLIEULE, 2001, 2005; JUHEN, 2001; GRIBAUDI, 1998).

Cabe destacar a importância detectada do intercruzamento de registros militantes, políticos, técnicos, intelectuais, religiosos, entre outros, como definidores dos movimentos, investimentos e destinos dos agentes. Entretanto, é preciso ressaltar que o caráter multidimensional de lógicas, recursos e estratégias, bem como sua tradução em posições ocupadas, são produto e produtores dos contatos e vínculos estabelecidos pelos protagonistas no decorrer das suas trajetórias e a garantia do reconhecimento das “habilidades” e “competências” detidas. A princípio, as idéias de contatos e vínculos poderiam parecer sinônimas, porém optou-se por distingui-las para indicar, com o uso da primeira, o estabelecimento de alianças efêmeras, ocasionais ou institucionais com conteúdos de cunho relativamente “instrumentais”, ao passo que a segunda é utilizada para informar a constituição de laços que implicam algum tipo de “afetividade” ou “informalidade” que os justificam. Ambas, de qualquer modo, são tomadas como a dupla face (indissociável) de duas possibilidades analíticas, isto é, são simultaneamente entendidas como constituintes do *capital de relações sociais* (BOURDIEU, 1998) e do *capital* composto por *relações personalizadas* (LANDÉ, 1977) acumulados e administrados pelos agentes.

Segundo Bourdieu (1998), é preciso considerar os efeitos que o uso do capital, composto de relações ligadas ao pertencimento a um grupo, exerce sobre a rentabilização dos demais recursos e trunfos possuídos pelos agentes. O capital social seria, então,

(...) o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis. Essas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o re-conhecimento dessa proximidade. (BOURDIEU, 1998, p. 67)

E, em Landé (1977), a noção de *alianças diádicas* refere-se aos vínculos horizontais ou verticais estabelecidos voluntariamente (principalmente) ou por obrigação, com conteúdos difusos (especialmente) ou específicos entre duas pessoas. As mesmas estabelecem-se em configurações em que podem coexistir esses “contratos implícitos” como *addenda* (que se definem como relações “seletivas, intermitentes e voluntárias”) amparados por “contratos explícitos” ou contatos fomentados por uma estrutura de relações institucionalizadas (que são “contínuas”, “inclusivas”, “previsíveis”, “processualmente padronizadas” e “ligadas a outras relações institucionais da sociedade”). Sendo assim, o estudo dessas relações conduz à atenção para os princípios de reciprocidade atuando nas trocas e nos deslocamentos operados pelos agentes. A possibilidade de maximização das conexões criadas e o trânsito social decorrente de tais laços são fortalecidos pelo ineficaz jogo das jurisdições internas aos domínios sociais.

A abordagem abrange as duas perspectivas para a análise dos vínculos e contatos – sustentados no âmbito de “grupos” mais ou menos institucionalizados e, ao mesmo tempo, com base em elos de reciprocidade – devido à preponderância das *redes de relações* para o caso estudado, uma vez que essas relações favorecem e são favorecidas pela configuração de um espaço social marcado pela inexistência de fronteiras rígidas entre os domínios sociais. É em consequência disso que os agentes podem com maior “facilidade” transitar entre diferentes meios sem necessariamente readaptar recursos de um para outro. Tal formulação é compatível com as perspectivas de análise que demonstram a inexistência ou fraca objetivação de lógicas e regras próprias de hierarquização para as diferentes esferas sociais (PÉCAUT, 1990; CORADINI, 1998; ANJOS, 1998, entre outros). Antes disso, os domínios são muito fortemente marcados por lógicas multidimensionais, cuja ativação possibilita a circulação de um para

outro sem exigências rigorosas de reconversão de capitais. Por isso, a certificação e consagração do valor dos recursos detidos, os deslocamentos e as posições ocupadas são tributários das relações tecidas no transcorrer dos itinerários.

Em vista disso, é preciso considerar, na presente discussão, as lógicas de identificação e observar as sequências de aproximações e distanciamentos entre militantes que criaram conexões mais ou menos duráveis e que interferem nas suas adesões, ocupações de cargos e tomadas de posição.¹

Em um estudo mais amplo (REIS, 2007), foram armazenadas informações biográficas de um conjunto de 429 militantes, levando em conta critérios como perfis sociais, distribuição por “grupos”, distribuição por “gerações”, por tipos de carreiras e por meios sociais nos quais atuam e utilizando as seguintes fontes: arquivos dos órgãos de repressão policial, currículos, sites da internet, entre outras. Com base na análise desse banco de dados foram realizadas sessenta e duas entrevistas em profundidade. Subsequentemente, um dos procedimentos de pesquisa foi examinar as posições sociais e políticas atualmente ocupadas pelos militantes que ingressaram no movimento estudantil e que se aproximaram de “organizações clandestinas” nos anos 60 e 70 no Rio Grande do Sul, o que contribuiu para a identificação de padrões de itinerários que se caracterizam pela combinação diversificada de um conjunto de variáveis.

Quer dizer, a análise das entrevistas trouxe à tona regularidades no que tange à articulação entre recursos acumulados, formas e domínios de intervenção, e ainda sobre os destinos sociais e políticos dos militantes. Desse modo, foram buscados os condicionantes que intervieram na dinâmica específica dos itinerários descritos (ascendência, idade, casamento, amizades, escolarização, consumo cultural, entrada no mercado de trabalho, viagens etc.) e os possíveis *efeitos* de geração e de período.² Com efeito, a realização de entrevistas constituiu-se num instrumento de pesquisa eficiente para a fixação de parâmetros que visavam detectar a multiplicidade dos engajamentos, motivações e *sites* de inscrição dos militantes nos diferentes momentos da sua vida. Possibilitou, também, considerá-los à luz dos “even-

¹ Sobre o uso da idéia de *identificação* como heurísticamente mais eficaz que a noção de *identidade*, ver Brubaker (2001).

² Conforme Percheron (1993, p.156), “o efeito de período mede o impacto mais ou menos durável de um mesmo evento sobre todas as classes de idade ao mesmo tempo” ao passo que o efeito de geração mede as marcas mais ou menos duráveis de eventos sob classes de idade específicas. No que tange à idéia de geração, entende-se que esta aproxima os personagens que nela se inserem e reivindicam tal pertencimento, ligando-se, portanto, uns aos outros e aos eventos marcantes das suas “histórias”. Esta categoria permite ainda delinear os contornos de uma gama de repertórios comuns. Para um inventário das utilizações sociológicas da idéia de geração, ver Drouin (1995); sobre a emergência da idéia de geração e sua afirmação como objeto de análise, ver Nora (1997), e sobre os problemas de reificação e operacionalização, ver Favre (1989).

tos ou estados, objetivos ou subjetivos, na sua sucessão e suas interações, em relação com um tempo histórico definido...” (FILLIEULE, 2001, p.202).

Conjugou-se à adoção de uma perspectiva processual e relacional de análise dos trajetos a verificação de um conjunto de variáveis que desvendam as propriedades constituintes dos padrões de carreira investigados.

Foram, então, testadas basicamente seis variáveis, a saber: 1) origem social, definida por um conjunto de indicadores que informam o “patrimônio” econômico, cultural e político “familiar” dos agentes; 2) nível de adesão às “causas” e “organizações” nos anos 60 e 70, mensurada com base na observação das modalidades de intervenção e de “exposição” assumidas (como a participação em grupos de discussão sobre marxismo, “ações armadas”, inscrição em organizações institucionais ou clandestinas, exílios...); 3) investimento “cultural”, abarcado com base nas citações e ênfases às viagens, leituras, músicas, teatro, entre outros que constituem os “gostos culturais”; 4) investimento em títulos escolares, detectado no grau de escolarização, momento de conquista dos diplomas e nos tipos de formação privilegiadas; 5) uso da biografia militante, buscado nas autoapresentações e no conjunto de referências que indicam ou reivindicam com maior ou menor constância o papel desempenhado na “resistência à ditadura” ou na “luta pela democracia”; 6) dependência posterior em relação aos vínculos e contatos constituídos no período inaugural do engajamento político, observada por meio da análise simultânea do conjunto de recursos detidos pelo agente, dos trajetos individuais e coletivos seguidos, da posição ocupada e, principalmente, das alusões oferecidas nos relatos à interferência de redes de relações nas escolhas efetuadas. Os diferentes pesos e associações possíveis entre essas variáveis objetivam-se em critérios potentes de hierarquização dos agentes.

Algumas considerações específicas são necessárias sobre o “comportamento” das seis variáveis discutidas nos padrões de carreiras ora analisados.

Quanto aos indicadores “técnico-administrativos”, estes se definem por um significativo investimento escolar, um menor uso da biografia militante e alto peso das *redes de relações*. Esse padrão tende a se desdobrar em dois tipos. O primeiro caracteriza-se pela origem social, nível de adesão nos anos inaugurais e investimentos culturais mais baixos em relação aos demais. As carreiras dos agentes são então marcadas pela ocupação de cargos intermediários em governos e em diferentes níveis (municipal, estadual e federal). Já no segundo a origem social é mais alta, assim como são mais altos os níveis de adesão e de investimentos culturais. Para os militantes que seguiram essa modalidade, as carreiras levam à ocupação de altos cargos administrativos de destaque no decorrer dos trajetos. Adiciona-se a isso que, não raro, os agentes que acumularam tais recursos estão bastante próximos dos “domínios acadêmicos”.

E os agentes que seguiram carreiras que se pode caracterizar pela “especialização militante” tendem a ter um alto nível de adesão às “causas” e às “organizações” durante o “regime militar” e posterior uso da biografia militante, bem como uma significativa dependência em relação aos laços constituídos naquele momento. As origens sociais tendem a ser mais baixas, do mesmo modo a escolarização e o investimento cultural são menos significativos. Esse padrão pode se desdobrar em dois tendo em vista os tipos de cargos ocupados (ou posição social dos agentes) graças ao seu maior ou menor investimento em títulos escolares (que tendem a ser mais baixos ou realizados tardiamente quando comparados com os do conjunto da população).

No que tange à matriz de valorização da intervenção em consonância com um sentido de “missão” – preponderante em todas as carreiras – as credibilidades estão amparadas na utilização de um senso comum simultaneamente acadêmico e militante e na regência de elos que potencializam o trânsito dos agentes em domínios “intelectuais” e “políticos”. Nomeadamente, para os agentes com carreiras aqui definidas como “técnico-administrativas”, constatou-se o empenho na demarcação de “saberes qualificados” que fundamentam as contribuições em dinâmicas de *gestão* pública. E para aqueles que se dedicaram fortemente ao seu militante em detrimento de outros empreendimentos igualmente “lucrativos” (em termos de reconhecimento e posição social), observa-se que a reconstituição dos itinerários é pautada por um sentido de *abnegação* que guia a construção da coerência biográfica e justifica tal defasagem.

As considerações acima podem ser demonstradas por meio da apresentação de alguns itinerários exemplares. Vale salientar que não se trata de casos “puros”, o que é improvável de ser encontrado, mas são indiscutivelmente representativos do universo e dos parâmetros de investigação eleitos no presente estudo. Acredita-se que o exame de algumas propriedades distintas dos agentes que constituem as referidas modalidades de carreiras revela com maior precisão os critérios de excelência na ocupação de postos políticos administrativos mais ou menos bem situados ou periféricos. Para tanto, optou-se por caracterizar rapidamente quatro casos sem, no entanto, situá-los de forma estanque em um ou outro padrão. Antes disso, a estratégia é apresentá-los num *continuum* que tem em um dos extremos aquele que seria o “mais técnico” e, no outro extremo, o “mais militante”, tendo em vista a combinação das variáveis discutidas acima.

CASOS EXEMPLARES

No primeiro caso, o agente, Pedro Bisch Neto, nasceu em Alegrete e é filho de comerciantes. Formou-se em Engenharia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS (1970-1974). Iniciou seu engajamento mili-

tante no movimento estudantil universitário, tendo sido vice-presidente do diretório acadêmico da Engenharia. Profissionalmente, desde 1971 era estagiário de uma fábrica de ar condicionado, cujo diretor era Fúlvio Petracco.³ Em 1973, com este último, criou uma empresa de projetos e prestou serviços para um frigorífico de Caxias do Sul/RS.

A participação sistemática no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) teria começado por volta de 1974. Depois de ter se formado, engajou-se na candidatura de Fernando do Canto (líder notório do Partido Comunista Brasileiro/PCB) ao cargo de deputado estadual, por solicitação de um “conhecido” de Alegrete/RS, que era advogado da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Tal adesão tê-lo-ia aproximado do PCB e daquele que veio a ser um dos seus grandes “amigos”, André Forster (dirigente do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais/IEPES⁴ e vinculado ao então deputado pelo MDB, Pedro Simon⁵). Paralelamente teria sido convidado a trabalhar como engenheiro de aciaria na Siderúrgica Rio-grandense em 1975 (projeto que ele próprio havia feito quando trabalhava com Fúlvio Petracco). Também foi engenheiro de obras no Sul-Rio-Grandense de Eletricidade (1975) e engenheiro projetista de iluminação pública da Secretaria Municipal de Obras e Viação (1976-1981).

Em 1977 começou a militância sindical no Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul (SENGE/RS), compondo a chapa vitoriosa na campanha de 1978 e ocupando os cargos de primeiro tesoureiro e suplente de delegado junto à federação. O “grupo” foi reeleito em 1981 e ele ocupou os cargos de primeiro secretário e delegado junto à federação. Em 1984 foi eleito presidente, sendo reeleito em 1987, no entanto, interrompendo a gestão pela conquista do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do RS (CREA). No sindicato seguiu como membro do Conselho Fiscal em 1990 e do Conselho Técnico Consultivo em 1993.

O pertencimento ao sindicato e ao CREA teria favorecido o contato com um engenheiro paulista, também militante do PCB, que era diretor do

³ Fúlvio Petracco é engenheiro mecânico e eletricitista, filiado e presidente de honra do PSB no RS. Por esse partido foi candidato ao Senado e concorreu a governador do Estado em 1986. Sempre atuou no Sindicato dos Engenheiros. Também foi presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do RS e é dirigente futebolístico do Esporte Clube Internacional.

⁴ Para mais detalhes sobre o IEPES do Rio Grande do Sul, as principais lideranças, clivagens e desdobramentos em termos de adesões a “grupos políticos”, sugere-se que seja consultado o trabalho mais amplo (REIS, 2007).

⁵ Pedro Jorge Simon é formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUC/RS. Fez pós-graduação em Economia Política no Instituto de Economia da PUC; especialização em Economia Política e Direito Penal pela Universidade de Sorbonne, Paris, e realizou estudos sobre direito na Faculdade de Direito em Roma. Em 1956 foi eleito presidente da Junta Governativa da UNE, em 1960 foi eleito vereador e líder da bancada do PTB em Caxias do Sul, em 1962 elegeu-se deputado estadual, sendo reeleito nas legislaturas subsequentes. Em 1978 foi eleito senador da República, sendo vice-líder da bancada do MDB no Senado. De 1985 a 1986 ocupou o posto de Ministro da Agricultura e, em 1987, elegeu-se governador do RS. Em 1991 voltou ao Senado, reelegendo-se em 1999 e 2006.

Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e o convidara para trabalhar nessa instituição como assessor técnico da Agência Regional, cargo esse que desempenhou até 1990. Saiu nesse ano para integrar o governo de Pedro Simon no Estado, como diretor geral e secretário substituto da Secretaria de Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, cujo secretário era um primo seu de segundo grau. Ficou apenas nove meses nesse posto, pois “outro amigo”, ex deputado do PCB de São Paulo, foi convidado para ser Ministro dos Transportes e “chamou um outro amigo” e este o convidou para ser Superintendente de Desenvolvimento e Expansão do Trensurb (Trens Urbanos de Porto Alegre). Ficou até 1994 e, a partir de 1995, com a vitória de Antônio Britto para governador do Estado, foi indicado para presidência da Companhia Rio-Grandense de Mineração (CRM), onde ficou um ano e meio até assumir, em 1996, como diretor-presidente e membro do Conselho de Administração da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). Antes de deixar esse posto, em 1999, atuou durante um ano (de 1997 a 1998) como membro da Operadora Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e, a partir de 1999, foi convidado para ser chefe de gabinete do deputado César Busatto (ex-membro do IEPES e com um extenso currículo de cargos públicos possibilitados pela atuação no Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB). No mesmo ano foi também chamado para atuar com o então Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha. Com a vitória de Germano Rigotto na eleição para governador do Rio Grande do Sul, em 2002, foi indicado ao cargo de diretor Superintendente da Fundação de Planejamento Metropolitano (Metroplan), e na metade do ano passou a ocupar inicialmente a função de Chefe da Casa Civil Adjunto e posteriormente o cargo de Chefe da Casa Civil, no qual permaneceu até 2006. Desde 1990 é diretor da Fundação Ulisses Guimarães do PMDB.

Destaca-se, então, no trajeto descrito um conjunto de vínculos construídos na militância que são maximizados para a ocupação de cargos públicos e de postos sindicais legitimados pela formação escolar e pela competência técnica.

No segundo itinerário, tem-se uma militante/técnica que nasceu em Porto Alegre e o pai, físico-químico, era professor da Faculdade de Engenharia no Instituto de Química da UFRGS. Sônia Pilla, depois de ter estudado numa tradicional escola privada e na escola pública vinculada à Universidade Federal, criada por seu pai,⁶ iniciou, em 1962, a Faculdade de Letras.

Na universidade, ingressou no PCB, na sua expressão, “puxada” pelo então namorado Flávio Koutzii (também ex-estudante do Colégio de Aplicação, que veio a exercer importante liderança no movimento estudantil universitário, no Partido Operário Comunista/POC e, mais tarde, no Partido

⁶ Era irmão de Raul Pilla, homem político atuante no início do século XX, de notoriedade no RS pela atuação no Partido Federalista e pela fundação do Partido Libertador. Era médico, bacharel em Ciências e Letras pela UFRGS, jornalista, professor universitário e deputado estadual e escreveu vários textos sobre temas relacionados.

dos Trabalhadores/PT). Formou-se em 1965, em 1966 começou a namorar Luiz Paulo Pilla Vares (seu “primo em terceiro grau”, que foi, igualmente, dirigente e um dos principais articuladores do POC no Estado e também do PT). No mesmo ano viajou sozinha para a França com bolsa de estudos dada pelo governo francês e obtida graças ao incentivo de um professor desta nacionalidade que a aconselhava a seguir a carreira universitária. Naquele país, o único engajamento mencionado foi no movimento “pró-Vietnã”. Em 1967 retornou para o Brasil, deu aulas no colégio Israelita (pertencia a uma equipe constituída pelo jornalista e filósofo Rui Carlos Osterman, que fora convidado para coordenar o curso de segundo grau daquela escola e teria formado uma equipe com profissionais ligados à “esquerda” do Estado). Engajou-se, então, nas questões voltadas ao ensino público. Afora isso, seguiu a militância política, agora exercida no interior do POC, do qual já faziam parte Pilla Vares, Flávio Koutzii, Marco Aurélio Garcia e Elisabeth de Souza Lobo (esposa de Marco Aurélio e amiga desde o Ensino Médio), entre outros.⁷ Em 1968 casou-se com Luiz Paulo Pilla Vares. Por conta da militância, principalmente dele, estiveram na “clandestinidade” no Rio de Janeiro.

Voltou para Porto Alegre no início dos anos 70 e foi trabalhar na Secretaria de Educação em 1974 e, entre 1976 e 1978, realizou o mestrado em planejamento da educação na UFRGS. Participou dos movimentos pela anistia (sobretudo nas campanhas de libertação e retorno do exílio de Flávio Koutzii) e feministas. Em março de 1984 separou-se de Luiz Paulo Pilla Vares. Cinco meses depois, Flávio Koutzii retornou do exílio na França, para onde se deslocou depois de sair da prisão argentina e, um mês depois, reataram o relacionamento que persiste ainda hoje. Tendo integrado o PCB, “dissidência”, e POC, Sônia filiou-se ao PT com o pluripartidarismo. Ocupou uma série de cargos públicos, todos relacionados à educação. Militante do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS/Sindicato) e ligada à Comissão de Educação, foi eleita representante do Conselho Estadual de Educação e foi representante do executivo no Conselho Municipal de Educação. Em 1992, na gestão de Tarso Genro na prefeitura de Porto Alegre, trabalhou na Secretaria de Educação com o então secretário Milton Fischer (professor da Faculdade de Educação da UFRGS), coordenando o setor de planejamento. Com a demissão deste, assumiu a direção da mesma secretaria. Em 2006 foi convidada pelo Ministro Tarso Genro para atuar num programa de formação dos dirigentes municipais em educação para o qual escreveu um texto sobre a “gestão participativa da educação”.

É possível, pois, perceber nesse trajeto a simbiose entre laços afetivos constituídos na militância, formação escolar e ocupação de cargos públicos.

⁷ Para mais detalhes sobre o itinerário coletivo, ver Reis (2007).

O terceiro itinerário é de Ubiratan de Sousa, que nasceu em Cachoeira do Sul/RS. O pai era médio proprietário rural e foi vinculado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Naquele município atuou no movimento estudantil secundarista e deu continuidade quando se deslocou para Porto Alegre, em 1968. Fez parte do Partido Comunista Brasileiro (PCB), “dissidência”, “Brancaleones”⁸ e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). A atuação nas duas primeiras “organizações” consolidou vínculos afetivos e ideológicos com militantes secundaristas e a aproximação com a liderança de Carlos Araújo. Elos esses que não foram rompidos com a inserção na última “organização” (VPR) – o que levou à sua prisão, em 1970, e depois “banido” para o Chile (trocado por um embaixador suíço seqüestrado por militantes esquerdistas com o fim de libertar os presos políticos). Morou em Cuba e esteve na França, mantendo seu ativismo (ocupando posições de liderança) durante o exílio nos anos 70.

Retornou para o Brasil em 1979, com a anistia, e retomando o curso universitário, formando-se em economia no final dos anos 80. Em concordância com os antigos companheiros de militância e também por influência do irmão (deputado eleito pelo MDB em 1974, já ligado às “lideranças trabalhistas”), com o pluripartidarismo ingressou no Partido Democrático Trabalhista (PDT). Ainda com “ex-Brancaleones” e outros da mesma “linha de atuação”, fez parte do Grupo de Unidade Socialista e, em 1990, migrou para o Partido dos Trabalhadores (PT). Por conta de um acúmulo de desacordos com a “cúpula partidária” e de aproximações com os “petistas” - uma vez que decidira, com outros companheiros, dar apoio direto a Luís Inácio Lula da Silva (atual presidente da república) no segundo turno das eleições presidenciais de 1989 – aprofundaram-se as “diferenças” com dirigentes do PDT e a sua aproximação com o PT. Esses vínculos (de rivalidade e de aliança) teriam sido radicalizados com a contestação à candidatura de Alceu Collares⁹ a governador do Estado em 1990 e o apoio à candidatura de Tarso Genro, resultando na sua entrada no PT.

Nesse último partido, ao qual se mantém filiado, foi coordenador do núcleo dos economistas (1992), Secretário do Gabinete de Planejamento de Porto Alegre na gestão de Tarso Genro (1993 a 1998) na prefeitura; coordenador do gabinete de planejamento do Orçamento Participativo (1999 a 2002) na gestão de Olívio Dutra no governo do Estado e concorreu a deputado estadual, mas não obteve êxito. Atualmente é assessor do deputado

⁸ “Grupo” de militantes formado no colégio Júlio de Castilhos de Porto Alegre que reuniu secundaristas que participaram do PCB, da dissidência do mesmo e depois de ações armadas e organizações clandestinas. Para um itinerário do “grupo” ver Reis (2007).

⁹ Alceu Collares é advogado formado pela UFRGS, originalmente ligado ao PTB e MDB, foi vereador de Porto Alegre e Deputado Federal, com a redemocratização se filiou ao PDT, partido pelo qual se elegeu prefeito de Porto Alegre, governador do RS e, novamente, Deputado Federal.

Raul Pont. Vinculou-se também à tendência do PT denominada “Democracia Socialista”, que tem como um dos seus fundadores e principais líderes o próprio Raul Pont.

Como se vê, a migração para o PT, a atualização de vínculos com antigas lideranças da contestação ao regime militar e o investimento na obtenção de um título escolar de economista, associados à biografia militante, permitiram uma posição mais destacada na hierarquia de cargos disponíveis para os militantes em geral.

Carlos Alberto de Ré nasceu em Jaguari/RS, mas frisa que toda a família era originária da cidade de Alegrete. O pai era trabalhador ferroviário e líder sindical que, depois de preso “pela ditadura”, abriu um comércio de “armarinhos” em Porto Alegre, em 1966. Iniciou sua militância no movimento estudantil secundarista no colégio público Júlio de Castilhos, tradicionalmente conhecido como sendo um “foco de resistência estudantil”. A escolha pela escola fora aconselhada por um primo, integrante do PCB, que fora transferido pelo partido para a “base” de Santa Maria (onde a família morava antes de se deslocar para a capital), ficando em estreito contato com o irmão mais velho de Carlos Alberto, apesar da atuação daquele no PC do B (ambos haviam sido anteriormente da Ação Popular).

No Júlio de Castilhos, integrou, com o primo, o irmão e outros colegas, o PCB, depois uma dissidência do PCB e a “dissidência da dissidência” (já que a primeira foi liderada pelas lideranças do movimento estudantil universitário que vieram a formar o POC). Aproximou-se, então, da liderança de Carlos Araújo e, juntamente com os demais estudantes liderados por ele, constituiu a “O.” (“Organização pontinho”), o “grupo” que ficou conhecido como “Brancaleones” e a Vanguarda Armada Popular - Palmares (VAR-Palmares). Em dezembro de 1969 foi preso e ficou detido até meados de 1970, respondendo a processo. Julgado e condenado foi para o presídio central. Depois disso, ingressou na VPR e foi para São Paulo. Quando retornou para Porto Alegre, em 1970, foi preso novamente, ficando quase três anos na chamada “ilha do presídio”, boa parte deles compartilhados com alguns dos colegas e com o próprio Carlos Araújo.

Saindo da prisão, ingressou com os demais no MDB (o primo havia sido morto em São Paulo por sua atuação na ALN). O “grupo” participou do IEPES (Dilma Rousseff, então casada com Carlos Araújo, compunha a direção do instituto) e os mais jovens (que constituíam a grande maioria) integraram o Setor Jovem Metropolitano (então presidido por Marcos Klassman que, na seqüência, veio a ser vereador e a se aproximar dos “ex-Brancaleones”). De 1974 a 1976 trabalhou na Fundação de Economia e Estatística (FEE), ao lado de Dilma Rousseff e de outro “companheiro Brancaleone”, Calino Pacheco. Tendo sido demitido, foi trabalhar no Paraná, mas logo retornou para atuar na coordenação da campanha para vereador de Marcos Klassman. Isso porque, em caso de vitória, teria garantido um

cargo no gabinete do futuro vereador. Apesar de eleito com uma das maiores votações, Klassman teve seu mandato cassado no seu primeiro discurso. Com o pluripartidarismo Carlos Alberto filiou-se ao PDT e diz que foi “profissionalizado” pelo partido, no qual permanece ainda hoje como assessor da bancada na Assembléia Legislativa do RS. Não frequentou um curso universitário. Chegou a concorrer a deputado estadual, em 1994, sem obter êxito. Ocupou o cargo de Diretor-Presidente da Fundação Gaúcha do Trabalho e Assistência Social (FGTAS). É suplente no Diretório Estadual do PDT/RS. Constituiu-se num dos principais porta-vozes das “experiências militantes durante o regime militar” e atualmente é um dos “representantes da sociedade civil” na “Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura”.

Destaca-se, para esse caso, a combinação da biografia militante repleta de “feitos heróicos”, a importância dos vínculos e dos laços estabelecidos no decorrer do percurso seguido, assim como a dependência da rede de relações para a ocupação de posições periféricas no espaço social e político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos permitem ilustrar alguns dos contrastes apontados entre o padrão de especialização dos “técnico-administrativos” e dos “militantes profissionais”.

Tendo em vista os parâmetros que definem o perfil “técnico-administrativo”, grifa-se que uma das principais características que abrangem os casos é a compatibilização entre o título escolar, a afirmação de uma “especialidade” de “gestão pública” e os tipos de cargos ocupados. E essa convergência confere a seus portadores o instrumental necessário para legitimar sua “competência técnica”.

Assim, além da tendência para uma condição de origem social bem situada, também se apresentam como altos os investimentos em títulos escolares e em bens culturais. Por outro lado, mesmo que tenha um “background militante” (ressaltando que raramente aderiram às modalidades mais “exigentes” ou “arriscadas” de intervenção, o que facilitava o cumprimento dos prazos de formação escolar e inserção no mercado profissional), o reconhecimento da “capacidade técnica” abranda o uso da biografia militante como uma estratégia mais definitiva de afirmação. Entretanto, isso não significa dizer que não ocorram usos dos trunfos reunidos naquele momento, antes disso, há e podem ser significativamente importantes (apesar de não tão evidentes) nas possibilidades que se apresentam para os agentes no transcorrer de suas trajetórias. Dentre eles, ressaltam-se os vínculos e contatos estabelecidos, que foram constantemente referidos para justificar movimentos, posicionamentos e “oportunidades” surgidas em diferentes fases da vida dos agentes.

Observa-se que há diferenças significativas entre os perfis apresentados no que tange às escolhas efetuadas, aos processos de acúmulo de recursos, seus usos e, conseqüentemente, nos destinos alcançados, que se refletem, inclusive, na estratégia de apresentação autobiográfica. Tais diferenças se traduzem, assim, em destinos mais ou menos bem sucedidos entre os “técnico-administrativos” e os “militantes profissionais”, bem como no interior de cada padrão.

No que diz respeito às semelhanças que se relacionam com o perfil de “especialização militante” delineado, fica evidente a participação nas mais variadas e arriscadas formas de “contestação ao regime militar”, incluindo inserção nas “organizações clandestinas”, manifestações estudantis, prisões, exílio, militância no exílio. Isso indica, portanto, seu alto nível de adesão às causas e às organizações durante o regime militar. A atuação naquele período e os “troféus” armazenados, ainda que de modo diferente, se constituem na principal fonte de créditos para agentes que são reconhecidos e não cessam de construir e proclamar as suas identificações baseada no uso da biografia militante. Aliado a isso, observa-se a importância dos vínculos e contatos estabelecidos nos deslocamentos operados e nas oportunidades suscitadas, sendo a administração mais ou menos eficaz dessas relações um dos elementos preponderantes na definição dos destinos dos agentes. Assim como essa última, as três variáveis restantes são igualmente decisivas nas diferenciações entre os itinerários. Ou seja, afirma-se que a origem social, o investimento cultural e o investimento em títulos escolares são baixos quando analisados de forma comparada com o conjunto de ativistas.

Dessa forma, o caráter multidimensional identificado no universo de estudo não exclui que a combinação entre os trunfos implique maior ou menor êxito na ocupação de posições no espaço social, assim como não exerça um efeito de atração maior em determinados agentes por certos domínios sociais e por certas “causas”, militanismos e engajamentos. As “escolhas” profissionais e as adesões, como foi possível detectar, estão intimamente ligadas à posse de determinados recursos. O que deve ser destacado, entretanto, é que a posição ocupada na carreira em dimensões administrativas e de cargos de confiança disponíveis para os militantes analisados neste artigo, como em outras modalidades (na arena eleitoral, na academia e nas profissões) examinadas no estudo mais amplo (REIS, 2007), trazem diferentes possibilidades de uso da mesma mescla de atributos.

O que se apreendeu no universo estudado foi a persistência, ao longo do período analisado, de uma matriz de valorização tanto dos atributos de intervenção no espaço político como de “interpretação da realidade”, como elementos indissociáveis e como instrumentos para a realização de “missões”. O conjunto de rearranjos, de *crises* e de inovações em vários domínios sociais, evidenciado ao longo da contestação ao “regime militar” e pos-

teriormente, demonstra que há um espaço de hierarquizações, alianças e rivalidades que mantêm fundidos diferentes domínios de intervenção sob lógicas muito semelhantes. Tal espaço é ocupado com especial destaque pelos protagonistas que atuaram na “luta contra a ditadura” que desempenham papéis decisivos ainda no ingresso e na ascensão de novos agentes nos domínios políticos e intelectuais.

Cabem algumas considerações acerca das escolhas partidárias, em razão da evidente convergência entre os perfis individuais ora analisados e as características mais gerais dos agentes que constituem os mesmos partidos.

Considerando o universo de militantes investigados na pesquisa mais ampla (REIS, 2007), observou-se que, dentre as principais siglas escolhidas (PMDB, PT e PDT), a menor frequência de adesões foi ao PDT e a maior procura foi pelo PMDB e, entre os extremos, o PT, cuja principal característica seria a de ter sido basicamente constituído pelas lideranças estreadas na “resistência à ditadura”.

A parcela dos militantes que aderiram ao PDT era composta em sua maioria por agentes com origens sociais mais baixas, com menor escolarização (o investimento na obtenção de títulos superiores muitas vezes ocorrendo já na década de 80) e com adesão a modalidades mais “arriscadas” de atuação política (guerrilhas, assaltos...). Tal posição social, somada aos vínculos políticos familiares anteriores, interferiu na aproximação dos militantes com os chamados “trabalhistas históricos” e na opção inicial pelo partido organizado em torno da liderança de Leonel Brizola.

Ao passo que, entre aqueles que se aproximaram do PMDB, predominavam as origens sociais situadas numa posição intermediária, com investimento escolar em áreas consideradas mais “técnicas” ou em carreiras profissionais que instrumentalizam os títulos para a “gestão pública”. Os mesmos tiveram participação mais destacada, sobretudo a partir de 1974, em canais ligados ao MDB, tais como o IEPES, os Setores Jovens existentes em alguns municípios do Rio Grande do Sul e o Gabinete de Assessoria Superior (GAS) da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Já aqueles militantes que investiram na “organização” ou “construção” do PT e que tendem a apresentar origens sociais mais altas, investimentos escolares com destaque para formação em ciências humanas, um tipo de concepção de economia (associada ao marxismo) e pedagogia, privilegiaram canais diversificados de inserção política, principalmente no movimento estudantil, jornais, setores do MDB, entre outros. Do mesmo modo, foram diversificados os destinos em termos de ocupação, mas, sobretudo, se inscrevem nos espaços universitários (como professores e/ou sindicalistas) e partidários (como detentores de cargos de confiança, cargos administrativos e/ou eleitorais). Tendo sido formado pelos próprios protagonistas daquelas “lutas”, vinha então com o perfil compatível àquelas gerações de “ativistas” e, principalmente, não contava com lideranças estabelecidas po-

lítica e eleitoralmente, constituindo-se num espaço para ser disputado e conquistado por agentes que compartilhavam dos mesmos códigos e recursos de intervenção. Esses elementos explicam também a atração posterior do PT para militantes com perfis e “experiências” próximas, que haviam ingressado inicialmente em outros partidos, como o PMDB e o PDT.

Ademais, foram observados, na investigação mais ampla, alguns fatores de distinção e hierarquização de militantes tendo em vista os investimentos na dedicação às “causas”, na acumulação de “saberes” e “competências” e na administração de alianças variadas que aparecem nitidamente na exposição dos casos específicos.

São justamente esses elementos que configuram simultaneamente os condicionantes da intervenção e os marcos das “vivências” que singularizam os agentes. Isto é, pôde-se identificar um conjunto de recursos consagrados como ímpares e viabilizados pelo momento de sua produção (exílios, prisões, manifestações, presença em eventos, torturas, cursos, seminários, identificações...). Esses trunfos e experiências, por sua vez, deram sentido e crédito aos movimentos e posicionamentos assumidos ao longo dos itinerários. É preciso ressaltar que, por um lado, há a afirmação de determinados “atributos” como singulares e, por outro lado, há uma distribuição desigual desses “atributos” entre os agentes, o que produz diferenciações entre eles e deles com outros protagonistas atuantes nos mesmos espaços.

Sabe-se que o valor de determinados recursos e “habilidades” se modifica no tempo ou de um domínio social para o outro. Para o caso dos militantes que “lutaram contra a ditadura”, um fator chave de hierarquização militante é a combinação de “riscos” e “prejuízos”, mais bem disponibilizada para aqueles que ingressaram nos anos 60. Porém, a análise dos dados revela que a manutenção de uma posição favorável depende do armazenamento daqueles trunfos e da aquisição de outros tantos oportunistas nos momentos posteriores (principalmente nos anos 70 e início dos anos 80) e que, não raro, se constituem em critérios de hierarquização que se relacionam aos investimentos culturais e escolares.

Logo, desvenda-se uma redefinição das posições com base na soma dos recursos herdados, dos investimentos culturais, dos investimentos escolares e dos postos políticos alcançados. Consequentemente, com base nisso, pode-se propor uma segunda hierarquização dos agentes com base nesses critérios. Nela destaca-se, como se viu, o peso do título escolar, sendo necessário levar-se em consideração aspectos como o tempo levado para adquiri-lo, o período e os tipos de cursos realizados, bem como os processos de compatibilização entre “conhecimentos” e a construção das respectivas carreiras políticas. Além disso, como foi possível perceber tendo em vista os casos descritos, os vínculos e contatos qualificados estabelecidos e administrados ao longo dos itinerários se constituem em trunfos indispensáveis para a conquista de determinadas posições na distribuição de cargos. Os desti-

nos sociais dos agentes, contudo, são condicionados por critérios de excelência política que combinam a valorização da experiência inaugural heroicizada e os trunfos diversos acumulados e acionados ao longo dos trajetos. O valor atribuído a esses sinais de distinção social e política obedece ao sistema de desvios e diferenciações que é constantemente atualizado no espaço de relações configurado pelos protagonistas da contestação ao “regime militar”, suas clivagens, aproximações e distanciamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANJOS, José Carlos dos. *Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde*. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. *Escritos de Educação*. Pierre Bourdieu. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. p. 65-69.
- BRUBAKER, Rogers. Au-delà de l'identité. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n.º 134, p. 66-85, 2001.
- CORADINI, Odaci Luiz. *Elites culturais e concepções de política no Rio Grande do Sul entre as décadas de vinte e sessenta*. Relatório de Pesquisa para CNPq. Porto Alegre, 1998.
- DROUIN, Vincent. *Enquêtes sur les générations et la politique (1958-1995)*. Paris: L'Harmattan, 1995.
- FAVRE, Pierre. De la question sociologique des générations et de la difficulté à la résoudre dans le cas de la France. In: FAVRE, Pierre; CRÊTE, Jean. *Génération et Politique*. Paris: Economica et PUL, 1989. pp. 283-321.
- FILLIEULE, Olivier. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. Post Scriptum. *Revue Française de Science Politique*, Paris, vol. 51, n. 1-2, p.199-217, fév./avr. 2001.
- _____. Temps biographique, temps social et variabilité des rétributions. In: FILLIEULE, Olivier (Dir.). *Le désengagement militant*. Paris: Belin, 2005.
- GRIBAUDI, Maurizio. Avant-Propos. Réseaux egocentrés et inscriptions sociales: continuités et discontinuités dans les formes de structuration de l'espace parisien. In:GRIBAUDI, M. (Dir.). *Espaces, temporalités, stratifications: exercices sur les réseaux sociaux*. Paris: Éditions de EHESS, 1998.
- JUHEM, Philippe. Entreprendre en politique de l'extrême gauche au PS. La professionnalisation politique des fondateurs de SOS-Racisme. *Revue Française de Science Politique*, Paris, vol. 51, n. 1-2, fév./avr. 2001.
- LANDÉ, C.H. Introduction: the dyadic basis of clientelism. In: SCHMIDT, S.W. et alii. (Eds.). *Friends, Followers and Factions. A reader in political clientelism*. Berkeley: University of California Press, 1977.
- NORA, Pierre. La Génération. In: NORA, Pierre (Org.). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997.v. 2.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil, entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PERCHERON, Annick. *La socialization politique*. Paris: Armand Colin, 1993.

REIS, Eliana T. dos. *Contestação, engajamento e militância: da “luta contra a ditadura” à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul*. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SAWICKI, Frédéric. Les temps de l’engagement. À propos de l’institutionnalisation d’une association de défense de l’environnement. In: *La Politisation*. Paris: Belin, 2004. p. 123-146.